

Paulo Rogério de Freitas Silva

Santa Cruz no contexto territorial paraibano

Complexidade genética e
emancipação política municipal





Professor Titular do IGDEMA (Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas - UFAL) onde se dedica ao ensino e a pesquisa na área de Geografia Regional, sendo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas - UFAL). Também é Docente Permanente do PROFGEO (Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE). Coordena o LER (Laboratório de Estudos Regionais), onde desenvolve pesquisas sobre as regiões metropolitanas das Alagoas, através do GERMA (Grupo de Estudos sobre as Regiões Metropolitanas das Alagoas) e sobre a complexidade genética do urbano em Alagoas. Coordena as seguintes pesquisas: A institucionalização das regiões metropolitanas das alagoas: o desafio do planejamento regional; A complexidade genética do urbano em alagoas: o mar e o rio como rotas de domínio territorial no Nordeste brasileiro e; Formação Territorial do estado de Alagoas: de sua complexidade genética as emancipações políticas municipais. Lidera o Grupo de Pesquisa: Região, Regionalização e Regionalismos, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Paulo Rogério de Freitas Silva

Santa Cruz no contexto territorial paraibano

Complexidade genética e
emancipação política municipal

Sobral - CE
2025

Editora
**SER
TÃO
CULT**

Santa Cruz no contexto territorial paraibano: Complexidade genética e emancipação política municipal

© 2025 copyright by Paulo Rogério de Freitas Silva

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Antonio Adílio Costa da Silva
Carlos Alberto de Vasconcelos
José Luís Gonçalves Moreira da Zêzere
Luís Filipe Gonçalves Mendes
Marcelo de Oliveira Moura
Maria Rita Vidal
Otávio José Lemos Costa
Paulo Rogério de Freitas Silva
Ricardo Alexandre Cipriano Coscurão
Sandra Liliana Mansilla

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

Rosilene Alves de Albuquerque

Catálogo

Leolph Lima da Silva - CRB3/967

S586s Silva, Paulo Rogério de Freitas.
Santa Cruz no contexto territorial paraibano: complexidade genética e emancipação política municipal. / Paulo Rogério de Freitas Silva. - Sobral CE: Sertão Cult, 2025.

78p

ISBN: 978-65-5421-199-4 - E-book em pdf
ISBN: 978-65-5421-200-7 - papel
Doi: 10.35260/54211994-2025

1. Geografia da Paraíba. 2. Complexidade genética - Santa Cruz, PB.
3. Emancipação política - Santa Cruz, PB. 4. Santa Cruz, PB.
I.Título.

CDD 918.13

HINO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

*Letra de Petronila Pordeus
Melodia de Petronila Pordeus*

Aqui cantamos com alegria
Pelo renome desta terra
Que adoramos com harmonia
Pois seu valor em nós se encerra
Relembrar vamos nessa hora
O seu passado, o seu regresso
Pois transformada vê-se agora
Por este tão feliz progresso.

Refrão

**Ó Santa Cruz terra adorada
Tens privilégio varonil
Porque te deram terra amada
Nome que foi do meu Brasil.**

E quando outrora Santa Cruz
Quando de mata te cobrias
Quem te acendeu brilhante luz
Quando em trevas tu dormias
Nestor Antunes professor
Plantou-te a civilização
Portanto é ele o grande autor

De tua bela fundação.
Quando é sublime esse dever
A justa comemoração
Que a todos nós traz o prazer
De Santa Cruz a fundação
Entusiasta no momento
Pela homenagem tão brilhante
Ó Deus, lhe daí Pai opulento
Felicidade e paz constante.

Avante, avante Santa Cruz
O teu progresso é nossa glória
Quem te elevou guiando a luz
Há de ficar em nossa história
Nestor Antunes segue em palmas
Dono de toda esta vitória
E sempre, sempre em nossas almas
Estará viva essa memória.



SOBRE O AUTOR

Sou professor titular do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e; pós-doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nasci em 20 de abril de 1967 na cidade de Mossoró, no estado do Rio de Grande do Norte, terra de minha mãe, que sempre se conectava aos seus quando era para dar à luz aos seus filhos, pelo apoio familiar e pelas atividades que meu pai exercia, em muitos momentos, se ausentando por longos períodos de Santa Cruz, Paraíba.

Todavia, fui criado em Santa Cruz, onde realizei meu ensino fundamental no Grupo Escolar Nestor Antunes e a 5ª e 6ª séries no Colégio Paulo VI, concluindo esse nível no Centro Educacional Jerônimo Rosado em Mossoró.

Realizei o ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmento em Sousa, Paraíba.

O trem foi o nosso principal meio de transporte, nos conectando de Mossoró a Santa Cruz, tendo sido o proporcionador, inclusive, do encontro entre meus pais e formador deste grupo familiar.

A vinda inicial de Antônia Neuma de Freitas Silva (Dona Neuma, como era denominada carinhosamente por todos que a conheciam) para Santa Cruz aconteceu quando seus pais, Aristides de Freitas Costa



e Maria do Livramento de Freitas Costa, acompanhados de seus filhos, até então nascidos até a década de 1940, em virtude da construção da linha férrea que interligaria Mossoró, no Rio Grande do Norte, a Sousa, na Paraíba, passou a residir nos lugares que o trem cruzaria, já que o seu pai, Aristides de Freitas Costa, era mestre de obras, responsável pela abertura e implantação da ferrovia em construção.

Sendo assim, no então lugar chamado Santa Cruz (naquele período, município de Sousa), o primeiro em que a ferrovia cruzaria, após a divisa entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, chegaram no ano de 1947, permanecendo por três anos. Nesse lugar residia um jovem chamado Eustácio Pereira da Silva, filho de Euclides Pereira Gomes e Maria Laurinda da Silva. Nessa permanência, Neuma e Eustácio se conheceram e, mesmo após a família de minha mãe retornar para Mossoró, em torno de 1950, os dois se uniram em 1952, formando um núcleo familiar que passaria a ser constituído por Rita de Cassia, nascida em 1953, Antônio Nilson, em 1956, José de Arimatéia (Dedé), em 1958, Jorge de Freitas, em 1960, Tereza Newman, em 1961, Jussara em 1965 (falecida ainda bebê em 1966), Paulo Rogério, em 1967, e Maria Suely, em 1971. Dona Neuma passou a residir definitivamente na terra de Santa Cruz a partir do ano de 1952.

Acrescentamos que, segundo o documento *Estações Ferroviárias do Brasil*, página elaborada por Ralph Mennucci Giesbrecht, a ferrovia alcançou Alexandria em 1951 e, por volta de 1958, alcançou a cidade de Sousa¹. Segundo informações não oficiais, a ferrovia alcançou, o distrito de Santa Cruz em 1953, tendo, o trem, de gerador do encontro e concepção do núcleo familiar, quando da construção da linha férrea, passado a ser o meio de integração entre esses dois lugares (Mossoró e Santa Cruz), proporcionando o ir e o vir de todos os seus membros que trafegavam entre essas suas duas terras amadas e estimadas.

Minha mãe teve os seus filhos em Mossoró devido às longas temporadas ausentes de meu pai em sua jornada de trabalho, mas os criou

1 Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rgn/mossoro.htm>



em Santa Cruz, construindo laços de respeito e ternura com esse lugar, presentes até hoje em nossa memória. O trem levava e trazia Neuma e sua prole quando dava à luz o novo menino ou a nova menina, que nasciam em Mossoró, mas que seriam criados nos sertões paraibanos, até que a vida os levasse aos seus destinos.

Seguindo a determinação do tempo e da vida do interior nordestino, Antônia Neuma de Freitas Silva se tornou naturalmente uma santa-cruzensense, vivendo até o dia 23 de janeiro do ano de 2000, quando partiu, tendo sido precedida pela passagem de seus filhos Antônio Nilson de Freitas Silva, em 18 de outubro de 1996, e Jorge de Freitas Silva, em 19 de março de 1997, e conseguinte pela passagem de seu marido, Eustácio Pereira da Silva, que faleceu em 08 de março de 2018, e de seu filho José de Arimatéia de Freitas Silva (Dedé), em 26 de fevereiro de 2024.

Meu pai, Eustácio Pereira da Silva, teve um importante papel com relação à implantação pioneira de serviços e equipamentos em Santa Cruz, a exemplo da empresa de ônibus Viação Santa Cruz, em sociedade com seu irmão, Edmilson Pereira da Silva, e depois com a Viação Ouro Branco, que colocava Santa Cruz como um município que se conectava com outros municípios do sertão paraibano e potiguar.

O que posso afirmar é que vivi intensamente a minha infância e adolescência em Santa Cruz, correndo pelos terreiros, me banhando nos riachos e nos açudes, vivenciando a cultura e os costumes do lugar até seguir para o Recife em 1988 e começar a minha vida acadêmica.

Cada amigo e amiga que construí em Santa Cruz mora em meu coração e em minha memória, como companheiros e companheiras de uma trajetória que segue...

Deixo meu abraço fraterno para cada santa-cruzensense.



Ofereço este livro a meus queridos pais, Eustácio Pereira da Silva e Antônia Neuma de Freitas Silva (*in memoriam*), e a todos os meus queridos conterrâneos da terra amada, Santa Cruz, nome que foi do nosso Brasil.



AGRADECIMENTOS

Ao Onipotente

Às minhas irmãs que ainda me cercam nesse plano, Rita de Cássia Freitas Silva Rosado, Tereza Newman de Freitas Silva Gomes e Maria Suely de Freitas Silva Gomes.

À Joana Darc Ferreira de Araújo, pelos primeiros ensaios sobre este documento.

À Maria de Fátima Antunes da Silveira, pelos incentivos e colaborações iniciais.

Ao Alberto Pereira Lopes, pelo prefácio e trocas de impressões acerca de Santa Cruz.

À Gilcileide Rodrigues da Silva, pela apresentação.

À Poliane Camila Lima dos Santos, pela busca de dados.

À Lilian Rose Fidelis dos Santos, pelos mapas.



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Prefácio | 15 |
| Apresentação | 19 |
| Introdução | 21 |
| Capítulo 1 | |
| Santa Cruz no contexto regional do semiárido paraibano: gênese e emancipação política | 29 |
| Capítulo 2 | |
| O estado da Paraíba no contexto territorial brasileiro e regional nordestino..... | 45 |
| Capítulo 3 | |
| O Estado da Paraíba, sua complexidade territorial e regional e o significado de Santa Cruz | 51 |
| Capítulo 4 | |
| Santa Cruz como município | 57 |
| Capítulo 5 | |
| Santa Cruz como cidade..... | 65 |
| Considerações Finais..... | 69 |
| Referências..... | 71 |
| Anexo | 75 |



PREFÁCIO

Santa Cruz – meu sublime Torrão

Prefaciara esta contribuição histórica/geográfica do professor Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva sobre o município de Santa Cruz na Paraíba, me honra, por ter nascido nesse sublime torrão que fica ao oeste do Estado da Paraíba, no sertão paraibano, fazendo divisa com a cidade de Alexandria, no Rio Grande do Norte - lugar de nossas vivências e ancestralidades. Retrato um pequeno trecho do “Meu sublime torrão”, do hino não oficial da Paraíba, composto por Genival Macedo na metade do século XX, em que exalta a Paraíba em sua beleza, de um povo exuberante e gentil. Dessa maneira, “Santa Cruz – meu sublime torrão” é a exaltação que faço a este município tão pequeno, cravado entre as serras, que faz parte do polígono das secas, que tem no seu povo a coragem e determinação de enfrentar as adversidades climáticas de um lugar inóspito.

Destarte, segue um pequeno trecho do hino da Paraíba, nos versos do compositor Genival Macedo, ao qual atribuo tal recorte poético a Santa Cruz, minha cidade natal, onde se encontram as minhas raízes.

*Meu sublime torrão
 Num recanto bonito do Brasil
 Sorri a minha terra amada
 Onde o azul do céu
 É mais cor de anil
 Onde o Sol tão quente
 Parece mais sutil!
 Foi lá, que eu nasci e me criei [...]*



Nestes termos, o azul do céu consigna nesta obra de pesquisa do professor Paulo Rogério, “Santa Cruz terra adorada”, trecho retirado do hino oficial da cidade, o seu afeto ao lugar, no qual viveu sua infância e juventude, mediante a morada de sua família. Somos contemporâneos, estudamos como colegas o primário e parte do ginásio, bem como estudamos na cidade de Sousa o segundo grau na Escola Estadual Mestre Júlio Sarmiento.

Os nossos caminhos se traçam no início de nossos primeiros passos do ensino-aprendizagem e se separam de forma espacial para outros lugares, no meu caso, João Pessoa e Paulo Recife, de maneira que se convergem no sentido do contexto da academia, graduamos no curso de Licenciatura em Geografia e somos professores de ensino superior, em áreas afins geográficas – no meu caso, geografia agrária na Universidade Federal do Tocantins (UFT), e o professor Paulo na área de geografia urbana, inicialmente na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e hoje na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Parafraçando, sinto-me honrado em construir este prefácio de um trabalho científico pioneiro sobre o município de Santa Cruz em que o professor Paulo presenteia a população santa-cruzense com uma abordagem de conhecimento empírico e científico baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um trabalho impar que servirá de pesquisa para a comunidade da nossa pequena cidade.

Todavia, o presente livro é a demonstração positiva de quem tem trabalhado sobre o urbano em sua gênese e metamorfose por onde passou enquanto professor universitário, em universidades federais, desde Boa Vista-RR, onde deixou a sua marca consolidada numa região de fronteira, com seus ensinamentos, publicações e com trabalhos administrativos de coordenador a chefe de departamento.

Da mesma forma, quando se transfere para a cidade de Maceió-AL, o seu legado continua com suas contribuições relevantes, publicando um livro sobre a “Configuração Espacial de Alagoas”, no qual faz referências à origem dos núcleos urbanos, resultado de sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),



aprofundando neste trabalho a gênese de núcleos embrionários, conforme ele destaca em sua analogia.

Não obstante, continuamente seu primeiro mérito investigativo para esta obra consiste em ter buscado respostas sobre a gênese de Santa Cruz enquanto povoado, distrito e emancipação política. Este trabalho do professor Paulo desconstrói determinadas afeições e afirmações sobre o município em relação à sua gênese, comprovando com dados e evidências na historiografia do lugar.

Esse livro não é uma obra para ser lida apenas por geógrafos, historiadores, mas é uma obra que contribuirá como fonte básica didático-pedagógica para todos aqueles que queiram conhecer a história do município. No entanto, a obra se destaca pela divisão de cinco capítulos que se integram de maneira que o leitor compreenda os impasses históricos, momentos de lúcida análise do autor.

Desse modo, é um trabalho de um geógrafo que enfatiza Santa Cruz no contexto regional do semiárido paraibano, que faz parte do polígono das secas, em que as oligarquias foram beneficiadas pela mão de obra dos pequenos trabalhadores e pelos órgãos criados pelo governo federal, como IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), de 1909, transformado em 1945 no DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), inaugurando assim, a chamada indústria da seca.

Nestes termos, este livro primoroso sobre o município de Santa Cruz é um resgate vital da organização espacial, sobretudo entre o urbano e o rural, em sua magnitude da pequena produção baseada na policultura de subsistência de pequenos trabalhadores que vivem, em sua grande maioria, no meio rural. Contudo, esta pesquisa mostra que em determinado período de tempo, a população rural é maior do que a população urbana no município de Santa Cruz, isso mediante as famílias residirem no campo, lugar de trabalho familiar. Em seus aportes históricos, a ocupação do sertão no século XVII se deu pelo processo produtivo baseado na agricultura e pecuária. Desse modo, surge o grande proprietário, que



estende sua economia em duas atividades de grande relevância, a pecuária e a cultura do algodão, conforme afirma Rodriguez.²

O município de Santa Cruz segue esse processo de atividades econômicas, sobretudo com a cultura do algodão, que se chamava o ouro branco sertanejo, em que as relações produtivas eram por meio da pequena propriedade e da grande propriedade. Nesse sentido, a pequena propriedade era ocupada por pequenos proprietários que produziam sua base alimentar com o arroz, feijão, milho, batata-doce etc., além do algodão. Da mesma forma, a grande propriedade ocupada pelo grande fazendeiro, onde há uma relação de acumulação primitiva do capital, isso porque o trabalho era feito por pequenos trabalhadores, que eram os chamados moradores da propriedade, sem que houvesse um processo de assalariamento, os pagamentos se davam pela moradia ou cessão de pequena parte da terra para o trabalhador plantar e produzir seu alimento.

Nesse sentido, podemos perceber a estrutura tríplice pecuária - algodão - policultura no processo áureo produtivo no município de Santa Cruz. Neste trabalho, o professor Paulo Rogério enfatiza um trabalho regional contemplando a complexidade territorial do estado da Paraíba, e em seu aspecto específico, Santa Cruz no contexto regional paraibano, sua gênese e emancipação política.

Finalizo com um pequeno trecho do hino oficial de Santa Cruz:

Aqui cantamos com alegria
Pelo renome desta terra
Que adoramos com harmonia
Pois seu valor em nós se encerra [...]

Araguaína, 26 de novembro de 2024
Alberto Pereira Lopes

2 Rodriguez, Janete Lins (coord.). *Atlas escolar da Paraíba*. 2 ed. João Pessoa: GRAFSET, 2000.



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento o livro “SANTA CRUZ NO CONTEXTO TERRITORIAL PARAIBANO: complexidade genética e emancipação política municipal”. A leitura é um convite para conhecer a origem da cidade de Santa Cruz e sua inter-relação regional, sob olhar do filho da terra, o Geógrafo e professor Paulo Rogério de Freitas Silva.

É um excelente exercício geográfico para entender a política de formação territorial, uma vez que não se limita ao perímetro do município, pois nos leva a compreender o tecido das relações constituídas no processo emancipatório, que não se restringi à escala local. A primeira parte do livro nos conduz a entender os processos que determinaram a origem da cidade, considerando a dinâmica do contexto, em meio ao semiárido, até chegar à condição de município.

A segunda parte situa o leitor sobre a dimensão territorial do país e das diferentes formações regionais, destacando os aspectos climáticos, a diversidade das paisagens, os biomas e, em especial, a composição do semiárido no Nordeste brasileiro. A terceira parte aborda o estado da Paraíba, a complexidade territorial e regional, que possibilita uma visão objetiva da leitura espacial, permitindo entender o significado de Santa Cruz.

A penúltima parte do livro trata da dinâmica populacional do município e a ocupação do solo urbano e rural, um texto relevante para estudantes de Geografia, professores e gestores da cidade. E na última parte, “**Santa Cruz como cidade**”, o autor expressa a sua for-



ma, função e suas inquietações acerca das mudanças no quadro social e político. É oportuno refletir como o poeta Charles Baudelaire (1857) que “a forma de uma cidade muda mais rapidamente que o coração mortal”.³ Mas a desigualdade socioespacial permanece enraizada. É uma obra que nos ensina muito sobre a cidade e sua dimensão local e regional.

Profa. Dra. Gilcildei Rodrigues da Silva

3 BAUDELAIRE, Charles. *Les Fleurs Du Mal*. Paris: Libraires-Éditeurs, 1857.



INTRODUÇÃO

Os apontamentos aqui considerados não estão imunes às objeções e críticas diversas, mas estamos conscientes da necessidade de um trabalho pioneiro, pelo menos provisório, inacabado e com algumas lacunas, para que se possa avançar. O que se segue neste documento constitui um esforço descritivo e analítico a respeito do município de Santa Cruz e da sua sede, a cidade de Santa Cruz, suas realidades territoriais e regionais, no estado da Paraíba, a partir da Geografia.

Exaltamos que este ânimo para pensar Santa Cruz, amparado pela Geografia, ocorre inicialmente auxiliado por Rodrigues (2008, p. 13), quando este destaca que,

A Geografia é considerada uma ciência social, mas trabalha com fenômenos naturais (clima, rios, vegetação, solo etc.) e sociais (cidade, transporte, indústria, população, etc.). O estudo do conjunto desses fenômenos causou muita discussão na história do pensamento geográfico, gerando uma divisão em: Geografia Física e Geografia Humana. Muitos geógrafos se especializavam ora no campo da Geografia Física (estudo de fenômenos naturais), ora no campo da Geografia Humana (estudo dos fenômenos sociais), levando à fragmentação da Geografia. Mas essa separação tem sido contestada e considerada ultrapassada; a Geografia é hoje definida como uma ciência única, que trabalha no contexto da relação sociedade-natureza.



Por isso me proponho, a partir dessa relação, demonstrar como se processa a formação territorial do que é hoje Santa Cruz. Estas alegações iniciais nos levam na perspectiva de relacionar a sociedade e a natureza a um estudo que demonstra a condição espacial do município e sua cidade-sede, situado no semiárido paraibano, através da Geografia, com suas condições naturais e sociais que lhe proporcionam uma realidade a partir de sua localização, pois Gomes (2017, p. 19) acrescenta que “[...] essa Geografia é o campo ou área de interesse que reúne inúmeras tradições, todas preocupadas em responder à questão do porquê da lógica das localizações, seja ela ordenada pelos elementos naturais ou pelos humanos.”

Então, buscamos apresentar e analisar esse território municipal e a sua localização, ordenada a partir de processos determinantes ou agentes que definem essa condição no espaço geográfico.

Amparados por essas argumentações, refletimos que, antes de tudo, é preciso demonstrar os processos determinantes espontâneos e induzidos que promoveram o surgimento do núcleo embrionário pré-existente, as causas e a sua localização, como promotor da geração da cidade.

Os processos determinantes espontâneos conduzem a formação de núcleos urbanos que germinam naturalmente, acomodados à sua localização geográfica, e os processos determinantes indutores moldam centros urbanos para que se fixem adequadamente ao espaço idealizado. Da mesma forma, é salutar demonstrar que os processos determinantes espontâneos e induzidos podem se processar de forma congregada, provocando uma junção dos dois processos decisivos que incidem na dinâmica do lugar.

Nessa questão, destacamos que o aspecto que estimula a elaboração deste texto se refere à origem dos lugares, isto é, a gênese de núcleos embrionários, que, dependendo do determinante que processe essa constituição e que intervenha em seu íntimo, possa ou não os tornar povoados, vilas e até cidades, pois não são todos esses núcleos embrionários que instituem a essência urbana em seu interior. Este é



um tema caro para a Geografia, pois se distingue da questão que reflete emancipação política municipal e que invariavelmente é acometido de equívoco teórico-metodológico, quando ao se remeterem aos lugares atestarem como se esses tenham surgido automaticamente, a partir de suas emancipações políticas, como sedes municipais, obtendo instantaneamente a condição de cidade, o que não é legítimo. Os lugares surgem com uma perspectiva de serem acometidos por uma letargia, ou por uma impulsão pela modernidade, isto é, impulso do urbano como modo de vida e, conseqüentemente, de expansão do seu espaço. E os acometimentos apropriados, através da história, é que lhes possibilitarão a probabilidade de emancipação política municipal ou não. E é este o enredo que incentiva pensar e entender um lugar, que surge e tem o seu próprio percurso estabelecido, tal como Santa Cruz, na Paraíba, localizado no semiárido brasileiro, que teve o posto fiscal, a feira, o cruzeiro, a capela, a estação ferroviária, os agentes que seguiram a influência de determinantes espontâneos e induzidos para gerar o lugar, a cidade e o município. Buscamos, assim, narrar a sua gênese e sua dinâmica, culminando nas mutações que acometeram esse lugar, provenientes de influências espontâneas e induzidas, que controlaram sua formação e organização interna.

Santa Cruz, em princípio um núcleo embrionário pré-existente, se formatou e alcançou a condição de povoado, de sede de distrito, isto é, vila, e conseqüentemente de cidade, o que nos possibilita definir como marco temporal para este estudo o período estabelecido entre o ano de 1918 e o ano de 2024, 106 anos.

Destaco que este trabalho trata de temas referentes ao núcleo embrionário preexistente e seus processos determinantes para a sua gênese, que formalizou um povoado e depois vila e a cidade de Santa Cruz, assim como dedicamos reflexões para o município de Santa Cruz, após a emancipação política municipal, a partir do município de Sousa, quando refletimos as suas condições naturais e as divisões distritais, suas vilas, zona rural, como partes de um território macro. Essa amostragem nos leva à discussão sobre diferentes escalas de possibilidades de



análise pela Geografia, no caso em estudo, do município e da cidade, pois conforme Castro (2005, p. 135),

Na realidade, a escala é um problema operacional fundamental, não apenas para a geografia, para a arquitetura, como também para qualquer experimento científico. A ideia de operacionalização existe porque a questão da escala surge no processo operativo de pesquisa, ou seja, no desenrolar das diferentes etapas que constituem a experimentação, a análise e a síntese em diferentes campos científicos.

Considerando essa discussão, ainda amparados por Castro (2005, p. 138, 139), verificamos que é necessário considerar a dualidade implícita no objeto de trabalho do geógrafo: o fenômeno e o recorte espacial ao qual ele dá sentido, conforme a autora acrescenta a seguir,

Portanto, para o campo da pesquisa geográfica não há recortes territoriais sem significado explicativo, o que há, muitas vezes, são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas territoriais. A recente reinvenção do lugar na geografia e a sempre atual discussão sobre a região [...], nos obriga a refletir sobre a adequação permanente de nossa estrutura conceitual às possibilidades heurísticas de todas as escalas.

Nesse percurso, consideraremos a discussão sobre município a partir do conceito de território estabelecendo um diálogo com Souza (2005, p. 81), para referenciar território e suas diferentes aplicações, atentando, conforme o autor que

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado – gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em



governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras... A bem da verdade, o território pode ser estendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor [...]. No entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas [...].

Fazendo um diálogo do conceito de território com o de município, ressaltamos que conforme o IBGE⁴, “Municípios, constituem unidades autônomas de menor hierarquia na organização político-administrativa do País”, que acrescentamos, organização formalizada pela Federação, pelos Estados e pelos Municípios.

Ainda conforme o IBGE, a cidade é a “Localidade de mesmo nome do município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura.” Distritos constituem “unidades administrativas dos municípios.” Vila é a localidade de mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e “onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.” Como exemplos dessas condições, podemos elencar as “vilas”⁵ de São Pedro e de Casinha do Homem e a cidade de Santa Cruz, que são sedes distritais.

Sendo assim, amparados por essas conceituações e deliberações oficiais que definem arquétipos regionais e territoriais, argumentamos na busca de formalizar o que estamos buscando refletir neste texto sobre a gênese e emancipação política de Santa Cruz, que, conforme delibera Munford (1991, p. 16), “Assim, antes mesmo que a cidade seja um lugar de residência fixa, começa como um ponto de encontro aonde periodicamente as pessoas voltam: o imã precede o recipiente [...]”

Daí fica a reflexão, se em princípio o posto fiscal e a “latada”, isto é, a feira, foram os impulsionadores do processo inicial pioneiro, será

4 Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0

5 Ao me referir a vila, estabeleço um diálogo com a condição de sede de distrito



que, o que de fato corroborou com a formação do pequeno núcleo embrionário foi a instalação da cruz e a capela, motivadores da sedentarização e formação de um arruamento, e somente depois vêm equipamentos importantes como, por exemplo, o mercado público, a estação ferroviária, como consequências da fixação?

Atestamos que, de início, em 1918, se instala o posto fiscal; em 1921, se instala a “latada” para a comercialização de produtos, a feira; em 1922 se constrói a capela, tendo sido celebrada a primeira missa em 30 de junho de 1922⁶, pelo Padre Sá, porém, para outras referências⁷, a primeira missa foi celebrada em 26 de novembro de 1922. Acrescentamos outro importante aparelhamento que ocorreu em 07 de junho de 1951, quando foi instalado o termo judiciário, isto é, o cartório.

São variáveis que nos levam a pensar os diversos processo determinantes espontâneos e induzidos que formalizam a geração de cidades, isto é a complexidade genética, cada um atuando isoladamente ou em conjunto, motivando o estabelecimento de uma dinâmica e não da letargia. É importante retrocedermos ao início do século XX para entendermos essa realidade que desencadeia a formação de um lugar que, somente em 1961, se torna uma cidade, que emancipasse politicamente. E isto é o que diferencia um estudo sobre complexidade genética do urbano e emancipação política municipal, temas que serão tratados mais adiante neste trabalho.

Avultamos que este trabalho está organizado em seis partes, quando partimos da introdução, em seguida, apresentamos Santa Cruz no contexto regional do semiárido paraibano, nos referindo à gênese e à emancipação política municipal. Em seguida, exibimos o estado da Paraíba no contexto territorial brasileiro e regional nordestino. A parte seguinte se refere ao estado da Paraíba e sua complexidade territorial e regional e o significado de Santa Cruz, culminando com tópicos que apresentam Santa Cruz como município e Santa Cruz como cidade.

6 Disponível em: https://www.familysearch.org/pt/wiki/Santa_Cruz,_Para%C3%ADba_-_Genealogia

7 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-cruz/historico>



Destaco que a pretensão de escrever este documento ocorreu a partir de um encontro, numa tarde do mês de janeiro de 2022, quando tomando um café e batendo um papo descontraído com Joana Darc Ferreira de Araújo (Darquinha) e Fátima Antunes (Fátima de Oriel), debatíamos a educação de Santa Cruz e os últimos avanços ocorridos, em decorrência, que aqui exalto, da dedicação destas duas importantes mulheres citadas. Recebi de Darquinha um importante documento intitulado *Tributo à Santa Cruz, 1921-2021*, homenagem aos cem anos de fundação, 1961-2021, 60 anos de emancipação política, que muito me alegrou, pois me levou a reviver a minha trajetória como criança e adolescente nos bancos escolares do Grupo Escolar Nestor Antunes e no Colégio Paulo VI, assim como nos terreiros da nossa Santa Cruz, brincando com meus queridos amigos e amigas, vivendo intensamente esses períodos de minha existência, tendo o trem como referência de tempo, pois sempre ouvíamos “assim que o trem passar, venha para casa”.

Da mesma forma, as minhas discussões sobre a realidade social, geográfica e histórica de Santa Cruz, com Alberto Pereira Lopes, me incentivaram a esta empreitada pela geografia.

Revivi o amor e a dedicação de meus pais, as relações com meus irmãos e irmãs, primas e primos, tios e tias, avô e avó, mas não poderia esquecer de todos e todas aquelas amigas e amigos com quem compartilhava tantas alegrias nesses bonitos momentos de minha vida.

Por outro lado, a partir do meu ponto de vista, a lacuna existente no ensino fundamental e médio de um documento que apresentasse o município e a cidade de Santa Cruz aos meus conterrâneos, através da Geografia, ciência a que me dedico, me fez encampar esta empreitada. Daí, iniciei uma pesquisa através das referências possíveis que pude obter por meio dos recursos tecnológicos de acesso instantâneo que temos na atualidade. Foram essas referências que me possibilitaram fazer um pouco a periodização de Santa Cruz, correlacionada às teorias e metodologias que trabalho como professor de Geografia, o que



possivelmente me permita justificar a ausência de preciosas obras que tratam de Santa Cruz, pedindo desculpas aos seus autores consagrados, mas eu estava cumprindo um desafio de uma pretensão que me acompanhava há muito tempo, por isso improvisei em silêncio.



CAPÍTULO 1

Santa Cruz no contexto regional do semiárido paraibano: gênese e emancipação política municipal

Todos os lugares, independentemente de sua localização geográfica, têm suas gêneses definidas por processos determinantes espontâneos ou induzidos, sendo esses, por exemplo, a adequabilidade de um sítio para uma série de atividades ou mesmo para a defesa. Outros exemplos são as fronteiras, divisas, limites, as fontes de produção de importantes matérias-primas, a travessia de um rio, lugares onde se instalam portos marítimos ou fluviais, os pontos de transição entre as planícies e as montanhas, que influenciam a formação de núcleos pioneiros, assim como também, a abertura de estradas e ferrovias e seus entroncamentos, as indústrias, alguns comércios, além de lugares que surgem para se tornarem centros de administração governamental, centros religiosos, culturais, de lazer, gerados espontaneamente ou induzidos.

Por outro lado, a condição que esses lugares alcançam depende de uma série de motivações que, acaso os acometam ao longo da história, proporcionando uma dinâmica de fortalecimento e formalização de um arruamento pioneiro que, conseqüentemente, obterá uma ampliação ou não, patrocinada pelos processos de cada período. O que destacamos é que os lugares surgem influenciados por fatos que definem a sua gênese, mas que calham de sofrerem influências dos mesmos processos ou de outros que definem o seu percurso na conjuntura eco-



nômica e política da época. Então, nem todo núcleo se dinamiza e se estrutura como um lugar urbano, por isso é preciso que dialoguemos com a complexidade genética do núcleo embrionário que se formaliza povoado, vila e/ou cidade.

No que se refere aos processos determinantes que assinalam a gênese da cidade de Santa Cruz, no estado da Paraíba, estes podem estar correlacionados, conforme exposto anteriormente, de início, à adequabilidade de um sítio para um posto fiscal na divisa entre o estado da Paraíba e o estado do Rio Grande do Norte, assim como, uma feira onde ocorria a comercialização de produtos primários, a instalação de uma cruz, como símbolo do cristianismo, e a abertura e construção da ferrovia que interligou as cidades de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a Sousa, na Paraíba, pois ali se estabeleceu uma estação ferroviária.

Nessa perspectiva, os processos determinantes espontâneos conduzem à formação de núcleos urbanos que germinam naturalmente, acomodados à sua localização geográfica, e os processos determinantes indutores moldam centros urbanos para que se fixem adequadamente ao espaço idealizado. Da mesma forma, é salutar demonstrar que os processos determinantes espontâneos e os induzidos podem se processar de forma congregada, provocando uma junção dos dois processos decisivos que incidem na dinâmica do lugar.

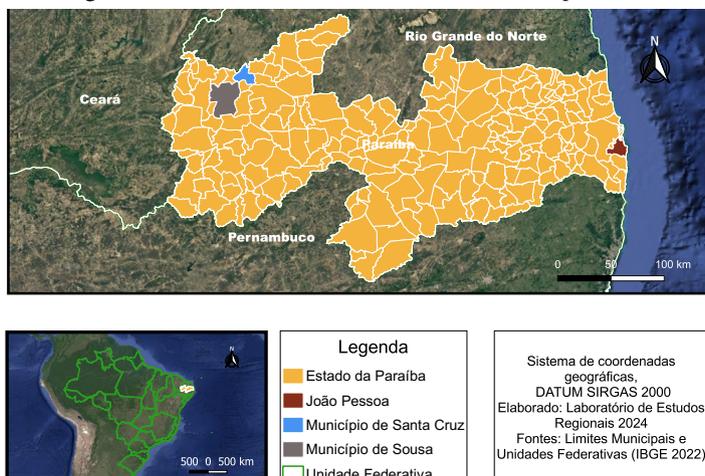
Nessa conjuntura, a partir do nosso objeto de estudo, que é a cidade de Santa Cruz, no estado da Paraíba (Figura 01), propomos que ela possa ser inserida nessa lógica, já que o núcleo embrionário pré-existente, que surge a partir da instalação de um posto fiscal na divisa do estado da Paraíba com o estado do Rio Grande do Norte, possa ser definido como uma indução que desencadeia uma espontaneidade no que se refere à gênese. Desse processo inicial ocorre o estabelecimento de uma “latada⁸” para a realização de uma feira, posteriormente o estabelecimento de uma cruz e de uma capela, a abertura da ferrovia e a construção da estação de trem, que são condições que permitiram

8 Cobertura, em folhas de coqueiro ou de palmeira, improvisada para abrigar pessoas. Construção rústica com telhado coberto por plantas. Fonte: Dicionário Online de Português - dicio.com.br.



uma série de intervenções através do tempo, possibilitando inclusive influenciar na organização da cidade, já que nesse núcleo embrionário passaram a se concentrar equipamentos, tais como o mercado público, a estação ferroviária, o cartório, entre outros aparelhos. Essa dinâmica, através de uma periodização, pode ser visualizada no Quadro 01.

Figura 1 - Santa Cruz e Sousa no contexto territorial paraibano



Fontes: Limites Municipais e Unidades Federativas (IBGE 2022).

Quadro 1 - Processos determinantes para a gênese do lugar e fatos históricos

| Ano | Processos Determinantes/fatos históricos |
|------|--|
| 1918 | Posto Fiscal |
| 1921 | “Latada” – Feira |
| 1922 | Cruz/Capela |
| 1948 | Mercado público |
| 1949 | Elevada a condição de Distrito |
| 1951 | Inauguração da estação ferroviária |
| 1951 | Instalação do cartório |
| 1961 | Emancipação política municipal alcançando a condição de cidade e sede de município |
| 1963 | A capela alcança a condição de paróquia |

Fontes: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-cruz/historico>
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_\(Para%C3%ADbba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_(Para%C3%ADbba))



Assim, a ideia de surgimento se compromete com formação, origem e constituição, sendo essas condições o princípio da consolidação do urbano como lugar de concentração da população, após essa ter permanecido dispersa, conforme cita Munford (1991, p. 11),

Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura, em relação aos primeiros *tells* que já foram abertos. Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais.

Nesse contexto, partimos da proposta de periodizar os principais eventos que proporcionaram o nascimento de Santa Cruz, abalizados por Corrêa (1987, p. 39), que considera a “periodização como uma operação intelectual que permite definir os tempos históricos, onde em cada um deles o pesquisador torna visível e inteligível.” E esse é o nosso desafio, considerar aparentes e compreensíveis os processos determinantes para a formação do núcleo embrionário pré-existente da atual cidade de Santa Cruz, sede do município homônimo.

Sendo assim, partimos do ano de 1918, início do século XX, quando foi instalado um posto fiscal no lugar denominado Tabuleiro Formoso, então município de Sousa, na divisa entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, chefiado por João Antunes de Oliveira⁹. Conforme citado anteriormente, esse equipamento tinha a função de fiscalizar a entrada e a saída de mercadorias entre o estado da Paraíba, onde estava instalado o posto, e o estado do Rio Grande do Norte.

9 Conforme <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-cruz/historico>



Uma questão que gostaríamos de dialogar aqui é que formalmente discorremos sobre os limites entre os municípios, as divisas entre os estados e as fronteiras entre os países, mas buscando estabelecer um diálogo da importância desse posto fiscal na confluência entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, atestando o quão o estabelecimento desse aparelho burocrático do Estado fomentou a formação inicial de um núcleo embrionário, a partir dos pioneiros homens e mulheres ali assentados e assentadas. Nessa conjuntura, conceituar a fronteira, de acordo com Costa (1992, p. 52), ao analisar a geografia política clássica a partir de Camille Vallaux, nos coloca em evidência a realidade do lugar nesse espaço, pois essas bordas

[...] devem ser concebidas muito mais como *zonas* que como linhas formais. A *zona-fronteira* constituiria assim, antes de tudo, uma área que se destina simultaneamente às *interpenetrações* e às *separações* entre os Estados, assumindo desse modo, respectivamente, um conteúdo econômico (o incessante movimento de mercadorias e bens em geral que circulam amplamente) e político (os territórios sob jurisdição de cada Estado). Pela sua natureza complexa, as fronteiras constituiriam antes de tudo uma “zona viva”, sejam elas naturais (quando se identificam com um dos elementos físicos), ou artificiais (linhas formais).

Essa interpretação reforça a realidade da borda entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, estados constituintes do Nordeste brasileiro e que, nessa zona viva de fronteira, compartilham da realidade local, aspectos citados, como o movimento de mercadorias. Destaco também a complexidade das fronteiras como zonas vivas, formalizadas, tal como se estabelece entre Santa Cruz, Paraíba e Alexandria, Rio Grande do Norte, como artificiais, pois é uma linha formal posta com a ausência de elementos físicos, como por exemplo, de um rio ou de um riacho.

Essa zona viva é organizada por territórios de estados diferentes que formalizam a federação, possuindo regras e normas que impõem



limites burocráticos que são impostos, sendo percebido através do aparelhamento quando da instalação do posto fiscal.

Sendo assim, na busca de entender os equipamentos que podem ser elencados como agentes determinantes para a complexidade genética do urbano de Santa Cruz, realizamos uma correlação com Azevedo (1957, p. 35), quando este autor destaca os principais tipos de embriões e cidades que podem ser encontrados no Brasil:

1. os lugares fortificados e os postos militares;
2. as aldeias e os aldeamentos de índios;
3. os arraiais e as corruelas;
4. engenhos e usinas, fazendas e bairros rurais;
5. os patrimônios e os núcleos coloniais;
6. os pousos de viajantes e as estações ferroviárias.

Dessa forma, partindo da citação de Azevedo (1957), este autor se refere ao tópico 1 como de defesa e posse da fachada atlântica do Brasil, quando foram estabelecidas feitorias que,

Significavam um sinal de posse, serviam de base para o policiamento da costa infestada de contrabandistas, ao mesmo tempo que representavam o papel de entreposto para o incipiente tráfico com o páu brasil e de local de aguada para os náus que demandavam as Índias (Azevedo, 1957, p. 37).

Amparados nesses argumentos, estabelecemos um diálogo para a gênese de Santa Cruz, a partir do tópico 1, entreposto ou do posto fiscal instalado no lugar denominado de Tabuleiro Formoso, assim como, com o tópico 6, que dialoga com as estações ferroviárias, o que nos leva a correlacionar com a inauguração da estação ferroviária de Santa Cruz no ano de 1951, importante aparelho ali instalado.

Porém, é importante atestar que no ano de 1921, foi instalada por Nestor Antunes de Oliveira, filho de João Antunes de Oliveira¹⁰, con-

10 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-cruz/historico>



forme citado anteriormente, uma “latada” onde se estabeleceu uma feira onde se comercializavam produtos primários, produzidos pelas famílias que residiam nos arredores. Para essa feira se dirigiam os residentes da área, se estabelecendo o intercâmbio de produtos e o começo das relações sociais entre as pessoas, o que pode ser definido como um importante processo determinante para a “geração de cidades”, conforme cita o geógrafo Santos (2005, p. 22),

[...] subordinada a uma economia natural, as relações entre os lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida e no surgimento de cidades no litoral e no interior.

Nesse caso, podemos atestar que, para além do posto fiscal como aparelhamento induzido, tido como importante para a gênese de Santa Cruz, a feira também é um acontecimento espontâneo, que promove a formalização do que poderíamos propor como de criação urbana. Nesse contexto, realizamos uma correlação com Vargas (2001, p. 146), ao conceituar feira, definindo-a como o lugar do encontro, o que nos leva a arrazoar como um importante processo determinante para a gênese de Santa Cruz,

A feira (de *feira*, do latim, que significa festa de um santo) era, sobretudo o encontro de mercadores, frequentemente vindos de muito longe, que durava muitas semanas. O século XII viu surgir ciclos de feiras regionais e inter-regionais que formavam uma espécie de mercado contínuo, exceto no período de mau tempo.

Dando continuidade à periodização, atestamos¹¹ que Nestor Antunes de Oliveira, que nasceu em 06 de março de 1896 e faleceu em

11 Ver [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_(Para%C3%ADba))



19 de novembro de 1957, filho de João Antunes de Oliveira e de Vitória Antunes de Oliveira, o segundo tendo sido chefe do posto fiscal, conforme citado anteriormente, idealizou a construção de uma capela, concretizando a ideia de seu pai, erguendo naquela área uma cruz, simbolizando o cristianismo para as dispersas famílias que habitavam a região, tendo também como intenção promover junto aos viajantes que por ali passavam o sentimento da presença de Jesus Cristo. Partindo do princípio religioso que tem a cruz como símbolo do cristianismo, no ano de 1922, a capela foi construída, tendo se tornado um importante equipamento, como parte de uma organização institucional¹², reproduzindo os valores religiosos predominantes da Igreja Católica Apostólica Romana, sendo celebrada a primeira missa em 26 de novembro do mesmo ano. Em outro documento registra-se que a primeira missa foi celebrada em 30 de junho de 1922¹³.

Nestor Antunes de Oliveira foi sucessor de seu pai, assumindo o cargo de preposto de 1918 a 1926, foi o primeiro comerciante de Santa Cruz, ingressou no magistério como professor particular, tendo sido aprovado em concurso em 1935, quando passou a lecionar no sítio Serra Branca e depois em Sousa, não tendo lecionado em sua terra natal (conforme aprofundado na nota de rodapé número 13).

Nesse contexto, partimos da proposta de Munford (1991, p. 16) para pensar a formação de Santa Cruz, relacionada aos símbolos da fé, quando este historiador destaca que

O primeiro germe da cidade é, pois, o ponto de encontro cerimonial, que serve de meta para a peregrinação: sítio ao qual a família ou grupos de clã são atraídos, a intervalos determinados e regulares, por concentrar, além de quaisquer vantagens naturais que possa ter, certas faculdades “espirituais”, ou sobrenaturais, faculdades de potência mais elevada e maior duração, de

12 Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-cruz/historico>

13 Ver https://www.familysearch.org/pt/wiki/Santa_Cruz,_Para%C3%ADba,_Brasil_-_Genealogia



significado cósmico mais amplo do que os processos ordinários da vida.

Atestamos também que no ano de 1923, Nestor Antunes de Oliveira realizou a doação de uma quadra¹⁴ ao Sagrado Coração de Jesus e que na ocasião, o núcleo embrionário preexistente passou a ser denominado de Santa Cruz.¹⁵

Outro importante equipamento foi a construção do mercado público, inaugurado em 28 de março de 1948¹⁶, que dinamizou a economia local, já que com a reunião de vendedores e compradores, com as periódicas atividades comerciais, proporcionou um aumento demográfico e de relações comerciais. Os mercados, conforme destaca Vargas (2001, p. 95), promovem neutralidade e segurança por serem espaços abertos e públicos, o que proporciona movimentos e, no nosso ponto de vista, sedentarização, o que eleva esse equipamento como de importância para pensar a gênese de Santa Cruz,

A origem do mercado está, portanto, no ponto de fluxo de indivíduos que traziam seus excedentes de produção para a troca normalmente localizados em pontos equidistantes dos diversos centros de produção. O fato de serem espaços abertos e públicos, imprimia-lhes uma condição de neutralidade e de segurança no ato da troca que acontecia no momento em que as mercadorias eram entregues.

A elevação do núcleo embrionário à condição de Distrito Administrativo pelo Decreto-lei estadual número 318, em 07 de janeiro de 1949, subordinado ao município de Sousa, foi um importante aconte-

14 Conforme Google.com: O tamanho de um quarteirão ou de uma quadra pode variar muito, dependendo do processo de ocupação das cidades, mas em cidades brasileiras, frequentemente nos casos de ruas em bairros projetados, podem ser encontrados quarteirões de 10.000 metros quadrados (100 metros em cada lado), correspondendo a um hectare.

15 Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-cruz/historico>

16 Ver [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_(Para%C3%ADba))



cimento no processo de periodização, proporcionando uma nova categoria na condição política da época. Para o documento, conforme nota de rodapé de número 17¹⁷, esse lugar foi denominado inicialmente de povoado de Tabuleiro Formoso, e segundo a nota de rodapé de número 18¹⁸, em 1923 o lugar já era denominado de Santa Cruz.

Outro importante acontecimento foi a inauguração da estação ferroviária de Santa Cruz, como parte da ferrovia que interligava Mossoró, no Rio Grande do Norte, a Sousa, na Paraíba, em 29 de dezembro de 1951¹⁹, já que a circulação de trens de cargas e passageiros dinamizou o povoado. Destaco que o significado do trem na época equivale no presente à importância de um aeroporto, pois o lugar onde se instalava uma estação de trem passava a ter a condição de um importante nó de circulação, o que de fato ocorreu com Santa Cruz, respeitando as devidas proporções do contexto da época. Havia a possibilidade de circular entre importantes cidades do Nordeste brasileiro, tais como Mossoró, Sousa, Recife, Fortaleza, entre outras.

Argumentamos que foi a partir desses importantes equipamentos listados que ocorreu a impulsão para que em 07 de junho de 1951 acontecesse a instalação, na Vila de Santa Cruz, do Termo Judiciário, o que nos leva à ideia de instalação do cartório no lugar, que dez anos depois seria a sede de um novo município paraibano.

Apesar da inauguração da estação ocorrer após o lugar se tornar um distrito em 1949, justificamos que o processo de construção do prédio da estação e da casa do agente da estação e o estabelecimento dos trilhos já se configurava como uma realidade, que promoveu uma dinâmica ao lugar. Segundo o documento Estações Ferroviárias do Brasil, página elaborada por Ralph Mennucci Giesbrecht, a ferrovia alcançou Alexandria em 1951 e, por volta de 1958, alcançou a cidade de Sousa²⁰.

17 Ver [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_(Para%C3%ADba))

18 Conforme <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-cruz/historico>

19 Ver [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_(Para%C3%ADba))

20 Ver <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rgn/mossoro.htm>



Amparados em Corrêa (2001, p. 96), que se refere a esse processo como de criação de núcleos, destacamos que:

A criação de núcleos ou o desenvolvimento de funções urbanas junto a uma atividade econômica foi regra geral na gênese da rede urbana brasileira: junto a uma sede de engenho de açúcar, de um seringal, de uma mina ou garimpo, de uma capela em fazenda, de uma fábrica têxtil, a uma pousada de tropas de burros ou no entroncamento de tropas de comércio. Os exemplos são numerosos e revelados pela toponímia urbana.

Nesse contexto, baseados em Corrêa (2001), podemos afirmar que o desenvolvimento de funções urbanas junto a uma atividade econômica, como o entroncamento de tropas de comércio (a feira), ou próximo à capela, podem ser percebidos como determinantes.

No que se refere à emancipação política municipal de Santa Cruz, a partir de Sousa, essa ocorreu em 1961, através da Lei número 2.707, de 29 de dezembro de 1961, tendo como primeiro prefeito Homero Pires de Sá, nomeado pelo então governador do estado da Paraíba, tendo tomado posse em 01 de janeiro de 1963, Aduino Ferreira de Andrade, como primeiro prefeito constitucional do município.

Acrescentamos que o senhor José Gomes de Oliveira (Dezinho Gomes), conforme termo de compromisso em anexo, em 11 de novembro de 1966, foi nomeado, pelo presidente marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, para o cargo de interventor federal do município de Santa Cruz em virtude de ter se extinguido o mandato do prefeito Aduino Ferreira de Andrade. Sendo assim, o senhor Dezinho Gomes assumiu o cargo de prefeito em presença de autoridades, que assinaram o termo de compromisso.

Também destacamos que outro importante acontecimento ocorreu em 17 de janeiro de 1963, dois anos após a emancipação política municipal, quando a capela do Coração de Jesus alcançou a condição de Paróquia do Coração de Jesus, desmembrada da Paróquia de Sousa.



Importante categoria na hierarquia da igreja católica, que define uma nova condição para os lugares.

Assinalamos que para atingirmos o êxito nesta discussão, partimos da ideia de complexidade genética do urbano, baseados em Corrêa, (2001, p. 95), já que como ele coloca,

[a] rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais são criadas no início do século XXI, na ainda não esgotada “fronteira do capital”, a Amazônia.

Além do mais, como destaca Corrêa (2001, p. 96), complexidade genética “[...] traduz-se também pela diferenciação entre os centros urbanos no que se refere aos agentes e propósitos imediatos da criação”.

Também, sobre o surgimento dos núcleos embrionários que formam as cidades, nos amparamos em Beaujeu-Garnier (1997, p. 73), quando esta assinala que para a constituição das mesmas, correspondem três motivos possíveis: econômicos, políticos e defensivos. Esse último sendo considerado como um subaspecto dos políticos. Assim, cada cidade encontra-se marcada, desde a sua origem, - e por vezes de maneira indelével - pela escolha inicial. No caso de Santa Cruz, podemos estabelecer o diálogo com os três motivos, o econômico, através da feira, o político e defensivo, através do posto fiscal, já que o posto fiscal se localiza numa divisa entre estados, podendo ser pensado como defensivo.

Esses vetores determinantes resultam do tempo histórico e produzem um arranjo territorial, adquirindo uma feição e formalizando uma hierarquização entre os centros urbanos existentes a partir da realidade imposta, como no contexto nordestino, quando esses três motivos ressaltados por Beaujeu-Garnier (1997) encontram-se claramente delimitados na realidade local do semiárido brasileiro, integrando-se ao



momento histórico que, por sua vez, pode ser um determinante econômico, tal como a produção agropecuária ou político, a exemplo do evento ferroviário e/ou rodoviário e dos projetos de desenvolvimento regional, entre outros.

Assim, a ideia de surgimento se compromete com formação, origem e constituição, sendo essas condições o princípio da consolidação do urbano nordestino como lugar de concentração das populações após essas terem permanecido nos sítios, nas fazendas, nos povoados em recantos diversos.

Estabelecendo um diálogo do tema gênese urbana com o tema emancipação política, apontamos, baseados em Soares (2006), que,

A gênese do município brasileiro, como unidade político-administrativa e dotado do “status” de ente da Federação Brasileira, ao lado do Distrito Federal, dos Estados e da União, encontra-se localizada nas instituições municipais da Península Ibérica, e tem sua origem ligada ao direito romano. O município constitui-se na base para a descentralização governamental.

Em continuidade, ao nos referirmos ao tema emancipação política, apontamos, também baseados em Soares (2006, p. 78), que

No Brasil, o município é a menor unidade territorial com governo próprio, formado pelo distrito-sede, onde está localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município, e que corresponde à zona urbana municipal, e também pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila.

Municípios e cidades não são, portanto, termos sinônimos, embora muitas pessoas assim o considerem. Convém salientar que no Brasil o termo cidade, desde 1938 designa a sede municipal, independentemente de seu número de habitantes.



A emancipação político-administrativa de municípios no Brasil é, de acordo com a constituição de 1988, de competência dos governos estaduais de cada estado brasileiro que possuem sua própria lei estadual que regulamenta a questão. O estado tem autonomia para definir critérios básicos para a criação de um novo município.

Porém, baseados em Ribeiro (2010), destacamos que “[...] embora tenha se atribuído aos estados a competência para decidir sobre a criação de municípios, não foram regulamentados os critérios para a constituição de novas localidades”.

Sendo assim, Ribeiro (2010) destaca que diante do processo de proliferação de municípios, a União tomou para si novamente essa atribuição em 1996, através da Emenda Constitucional número 15, modificando o artigo 18 da Constituição Federal, conforme segue:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma de Lei.

Dessa forma, a partir dessas reflexões, atestamos que gênese e emancipação política são procedimentos que formalizam estudos sobre municípios e cidades, possibilitando um debate acerca do que propomos, que é refletir sobre gênese, emancipação política municipal de um núcleo que se transforma em cidade no semiárido brasileiro.

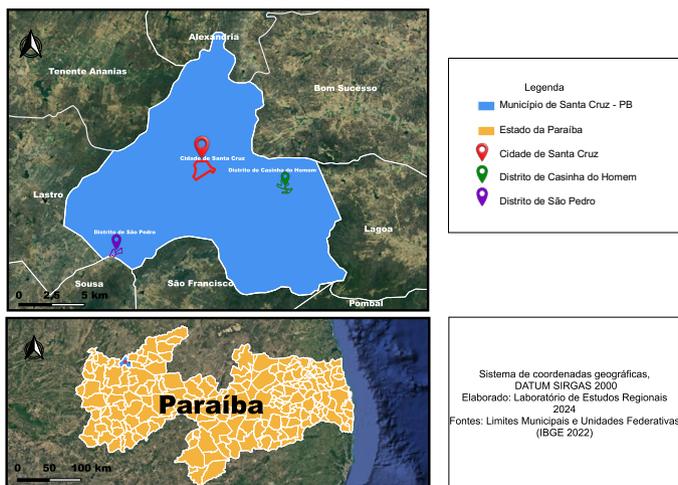
Nesse contexto, situamos Santa Cruz como um município que tem sua emancipação política municipal formalizada através da Lei número 2.707, de 29 de dezembro de 1961, tendo sido instalado em 31 de dezembro de 1961, quando a sede do antigo distrito, que tinha sido criado em 07 de janeiro de 1949, passa ser definido como a cidade de Santa Cruz, sede do município de mesmo nome.



Destacamos que o município de Santa Cruz está localizado no Semiárido Brasileiro, no Polígono das Secas, na Região Geográfica Imediata de Sousa, conforme as regionalizações que definiram as sobreposições regionais e territoriais no Brasil, desenvolvidas ao longo do século XX, assim como nos primeiros anos do século XXI, baseado em metodologias e variáveis diversas, buscando evidenciar um país diverso e complexo territorialmente. Essas regionalizações são elaboradas para fins estatísticos, respeitando os limites político-administrativos, por conseguinte, respeitando os limites estaduais e municipais, conforme podemos atestar para Santa Cruz.

Também assinalamos que no município de Santa Cruz, conforme é possível verificar na Figura 02, a sede do município, isto é, a cidade de Santa Cruz, divide espaço com as vilas de São Pedro e Casinha do Homem, sedes de Distritos homônimos que, conforme destaca Araújo (2021, p. 21), “com eles não tem atritos”, assim como, com fazendas, sítios, que se distribuem na sua zona rural, marcada por diferentes paisagens delimitadas pelo relevo e pelo clima, que definem a vegetação de caatinga, os recursos hídricos e os diferentes tipos de solos.

Figura 2 - O município de Santa Cruz, a sua sede municipal e as vilas de São Pedro e Casinha do Homem



Fontes: Limites Municipais e Unidades Federativas (IBGE 2022).



CAPÍTULO 2

O estado da Paraíba no contexto territorial brasileiro e regional nordestino

Conferimos que o território brasileiro tem uma área total absoluta de 8.510.820,623 Km², regionalizado por cinco Macrorregiões Geográficas, definidas como Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que variam de dimensão territorial, de quantidade e tamanho de estados que cada um desses arquétipos contém e, também, pela quantidade de municípios contidos nos respectivos estados.

Essa dimensão territorial reúne uma diversidade de paisagens, dispostas desde as latitudes +05°16'19" Norte e -33°45'07" Sul e longitudes -34°47'35" Leste e -3°59'26" Oeste, conforme Silva (2020, p. 69), formalizada por seis tipos de biomas: Bioma Amazônia, Bioma Mata Atlântica, Bioma Caatinga, Bioma Cerrado, Bioma Pantanal e Bioma Pampa.²¹

Conforme o documento, Biomas Continentais do Brasil²²,

O Bioma Caatinga abrange várias tipologias vegetais na Região Nordeste, ocupando uma área aproximada de 10% do território nacional, se estendendo pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do

21 Ver <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/biomas-brasileiros.htm>

22 Ver https://geofp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/documentos/Sintese_Descricao_Biomas.pdf



Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. O termo Caatinga é originário do tupi-guarani e significa mata branca. Estando localizado em área de clima semiárido, apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e espécies que só ocorrem nesse bioma. A ocorrência de secas periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios deixando a vegetação sem folhas que volta a brotar e ficar verde nos curtos períodos de chuva. Os tipos de vegetação do Bioma Caatinga encontram-se bastante alterados, com a substituição de espécies vegetais nativas por pastagens e agricultura. O desmatamento e as queimadas são práticas comuns no preparo da terra para a agropecuária. Essa prática, além de destruir a cobertura vegetal, também prejudica a manutenção de animais silvestres, a qualidade da água e o equilíbrio do clima e do solo. Da área original ocupada por esse Bioma, aproximadamente 36% já foram alterados pelo homem.

Num contexto amplo de pensar o município de Santa Cruz, no estado da Paraíba, estabelecemos um diálogo na perspectiva regional, baseados em Andrade (2011, p. 36-37), quando este autor assim discorre:

Estendendo-se, por uma área de 1.542.000 km², caracteriza-se o Nordeste do Brasil, como toda região geográfica, pela influência de uma série de fatores, entre os quais, para usar a terminologia empregada por Cholley, sobressaem-se os domínios físicos, - estrutura geológica, relevo, clima e hidrografia -, o meio biológico - vegetação e fauna - e a organização dada ao espaço pelo homem. Claro que estes fatores se influenciam mutuamente e do entrelaçamento de uns e de outros é que resultam as paisagens naturais e culturais.

Assim, a Macrorregião Nordeste, definida e formalizada oficialmente pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia é, conforme Andrade



(2011, p. 38), em um ensaio de síntese sobre o Nordeste, dividida em quatro grandes regiões que são, a um só tempo, naturais e geográficas, tendo as mesmas nomes consagrados pela tradição: Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte. Nessa obra em exame, Andrade (2011) amplia essas definições regionais iniciais inserindo, no que se refere a primeiramente como Mata, o Litoral Oriental, definindo como a Região da Mata e do Litoral Oriental. No que se refere ao Sertão, insere o Litoral Setentrional, definindo como Sertão e o Litoral Setentrional, assim como estabelece uma subdivisão regional definidas como Meio-Norte e Guiana Maranhense.

Nesse argumento de definições regionais que formalizam o arquétipo instituído oficialmente como Macrorregião Nordeste, atestamos para as diferenças regionais protocolares destacadas anteriormente, acrescentando nesse contexto as discussões que caracterizam o Sertão, o Polígono das Secas e o Semiárido, como significados que se assinalam a partir de aportes teóricos e metodológicos e que se entrelaçam numa sobreposição de aplicabilidades, sejam elas para políticas de desenvolvimento regional ou conforme aspectos diversos abordados a partir de diferentes pontos de vistas, como seca, canaviais, subdesenvolvimento, revoluções libertárias (Andrade, 2011, p. 35).

Nesse sentido, de pronto destacamos que o Sertão nordestino ou simplesmente Sertão é uma sub-região do Nordeste brasileiro. Para Andrade (2011, p. 49), ao se debruçar em estudos das sub-regiões do Nordeste, o Sertão e o Litoral Setentrional são as áreas mais extensas, ocupando, aproximadamente, 55% da região nordestina.

Ainda conforme Andrade (2011, p. 57),

Todo o Sertão possui clima quente com temperaturas médias anuais em torno de 25°C – que varia de uma estação para outra – e com uma amplitude térmica anual inferior a 5°C, como costuma acontecer nas regiões de baixa latitude. Quanto ao regime de chuvas, observa-se a existência de duas estações bem definidas: uma chuvosa, compreendendo os meses de verão e outono, e



outra, uma comprida, seca, que se estende pelos meses correspondentes ao inverno e à primavera.

Ao se referir ao chamado polígono das secas, Andrade (2011, p. 49) destaca que este não se circunscreve somente ao Sertão, alcançando áreas do litoral setentrional como no Ceará e no Rio Grande do Norte, ao que acrescentamos que o mesmo ultrapassa os limites sertanejos nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

E, ao nos referirmos ao semiárido brasileiro, nos amparamos no *site* do IBGE - Semiárido brasileiro²³, que assim o define:

O Semiárido brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE considerando condições climáticas dominantes de semiaridez, em especial a precipitação pluviométrica. Como reflexo das condições climáticas, a hidrografia é frágil, em seus amplos aspectos, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco. Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão.

Para Ab'Saber (1999), as características desse tipo de clima semiárido são de temperaturas anuais muito elevadas, com média de 25°C, com índices pluviométricos muito baixos e irregulares ao longo do ano, com prolongados períodos de carência hídrica, provocando a formação de solos arenosos e quase sempre deficientes em elementos nutritivos, e a ausência de rios perenes. O Nordeste semiárido brasileiro comporta-se como uma região subdesértica paradoxal, já que é servido por redes hidrográficas hierarquizadas, que nascem nas chapadas e aca-

23 Ver <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html>



bam por engrossar as águas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, que são os dois rios perenes que cortam a região. Essa grande área foi classificada por Ab'Saber (1999) como Sertões Secos.

No Brasil, 1.427 municípios integram o semiárido na área de atuação da Sudene, sendo 283 municípios na Bahia, 188 na Paraíba, 215 no Piauí, 171 no Ceará, 141 no Rio Grande do Norte, 137 em Pernambuco, 209 em Minas Gerais, 38 em Alagoas, 23 em Sergipe, 16 no Maranhão e 06 no Espírito Santo (Sudene, 2021).

Nesse contexto, destacamos que o semiárido paraibano tem uma extensão territorial de aproximadamente 51.306 Km², sendo distribuída em 188 municípios, onde predomina o clima quente e seco característico da região, com uma precipitação pluvial média que varia entre 400 e 600 mm, distribuídos irregularmente ao longo do ano, concentrando uma população de mais de dois milhões de habitantes, conforme Sudene (2021).

Sendo assim, atestamos que do total de 223 municípios paraibanos, 188 compõem o semiárido brasileiro, demonstrando que grande parte do território paraibano está inserido nesse arquétipo regional.



CAPÍTULO 3

O Estado da Paraíba, sua complexidade territorial e regional e o significado de Santa Cruz

O estado da Paraíba, possui uma composição municipal definida por 223 municípios, sendo que desse total, 188 compõem o Semiárido paraibano, caracterizado a partir das condições climáticas como uma área semidesértica.

Nesse contexto, assinalamos que o estado da Paraíba, conforme o IBGE (2017a), é regionalizado em quatro Regiões Geográficas Intermediárias denominadas de: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa-Cajazeiras.

No que se refere às regiões geográficas imediatas, elencamos: a Região Geográfica Imediata de Cajazeiras, Região Geográfica Imediata de Campina Grande, Região Geográfica Imediata de Catolé do Rocha-São Bento, Região Geográfica Imediata de Cuité-Nova Floresta, Região Geográfica Imediata de Guarabira, Região Geográfica Imediata de Itabaiana (Paraíba), Região Geográfica Imediata de Itaporanga, Região Geográfica Imediata de João Pessoa, Região Geográfica Imediata de Mamanguape-Rio Tinto, Região Geográfica Imediata de Monteiro, Região Geográfica Imediata de Patos, Região Geográfica Imediata de Pombal, Região Geográfica Imediata de Princesa Isabel, Região Geográfica Imediata de Sousa, Região Geográfica Imediata de Sumé.

A Região Geográfica Imediata de Sousa é uma das quinze regiões imediatas do estado da Paraíba, sendo uma das cinco regiões imediatas



que compõem a Região Geográfica Intermediária de Sousa-Cajazeiras. É composta por 13 municípios, tendo uma população segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), formada por 138.166 habitantes e uma área total de 2.492,72 km².

Os treze municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Sousa são os seguintes: Aparecida, reunindo 7.960 habitantes; Bernardino Batista, concentrando 3.504 habitantes; Joca Claudino, 2.539 habitantes; Lastro, 3.162 habitantes; Marizópolis, 6.705 habitantes; Nazarezinho, 7.203 habitantes; Poço Dantas, 3.830 habitantes; Santa Cruz, 5.947 habitantes; São Francisco, 3.137 habitantes; São José da Lagoa Tapada, 7.126 habitantes; Sousa, 67.259 habitantes; Uiraúna, 14.930 habitantes e Vieiraópolis, 4.864 habitantes.

Dos 13 municípios que compõem o arquétipo regional em apresentação, Santa Cruz tem a sétima maior população, concentrando uma pequena parcela territorial da regionalização.

No que se refere ao IBGE (2020), que desenvolveu a pesquisa REGIC - Regiões de influência das cidades,

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - Regic tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas.

Sendo assim, amparados por essa citação, buscamos compreender a rede urbana paraibana, no que se refere à sua hierarquia urbana e às regiões de influência das cidades, fazendo uso da pesquisa publicada pelo IBGE (2020).



Compondo uma vinculação com Corrêa (2006, p. 311), destacamos que

A rede urbana, entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, a intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede.

Com o propósito de compreender a geografia da Paraíba, apresentando a sua rede urbana, resultante de diversos processos, é que justificamos a empreitada deste tópico. Também afirmamos que, auxiliados pela variedade dos tipos de redes urbanas apresentadas, é que buscamos expor a rede urbana paraibana e suas particularidades, conforme o IBGE (2020).

Destacamos, conforme estabelece o IBGE (2020), que a rede urbana brasileira está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centro locais; e as regiões de influência das cidades, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana.

Sendo assim, buscamos identificar como se organiza a hierarquia urbana da Paraíba a partir dessas dimensões apresentadas.

Com relação à Paraíba, assinalamos que no estudo do IBGE (2020) há a ausência de metrópoles no estado, isto é, do primeiro nível hierárquico urbano elencado nos documentos, que conforme o IBGE (2020), “A região de influência dessas centralidades é ampla e cobre toda a extensão territorial do País, com áreas de sobreposição em determinados contatos”.



No que se refere ao segundo nível da hierarquia, as Capitais Regionais, que são os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles. Conforme o IBGE (2020), assinalamos a existência da Capital Regional de nível A, que é a cidade de João Pessoa, capital do estado, seguida de Capital Regional de nível C, que é a cidade de Campina Grande, conferindo, nessa classificação, a ausência de Capital Regional de nível B.

Buscando dialogar com a realidade estadual e entender o que diferencia, nessa classificação, João Pessoa de Campina Grande, elencamos, conforme o IBGE (2020), que as Capitais Regionais de nível A “Apresentam contingente populacional próximo entre si, variando de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes em 2018. Todas se relacionam diretamente as Metrôpoles; [...]”. No que se refere às Capitais Regionais de nível C, conforme aponta o IBGE (2020), “A média nacional de população das Cidades dessa categoria é de 300 mil habitantes em 2018 [...]”. Acrescentamos que nessa classificação hierárquica, João Pessoa, com 833.932 pessoas (IBGE, 2022), e Campina Grande, com 419.379 habitantes (IBGE, 2022), se relacionam diretamente com a Metrópole Recife, que possui uma região de influência ampla no Nordeste brasileiro.

No terceiro nível da hierarquia urbana paraibana, com relação aos centros Sub-regionais, segundo o IBGE (2020), são cidades que possuem atividades de gestão menos complexas, com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. No que se refere ao IBGE (2020), alcançam essa condição como nível A, Patos e Cajazeiras, e como nível B, Sousa e Guarabira. Informamos que o que diferencia os dois níveis é a média populacional, quando no nível A, a média populacional é de 120 mil habitantes e, no nível B, a média nacional é de 70 mil habitantes.

No que se refere aos núcleos do Centro de Zona A, elencamos: Mamanguape, Rio Tinto, Itaporanga, Pombal e São Bento, e como Centros de Zona B, Cuité, Nova Floresta, Solânea-Bananeiras, Brejo



do Cruz, Catolé do Rocha, Monteiro, Piancó, Picuí, Santa Luzia, São José de Piranhas, Serra Branca, Sumé e Uiraúna.

No que se refere a esses Centros de Zona, conforme define o IBGE (2020), destacamos que:

As Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade.

Os centros de Zona A concentram cerca de 40 mil pessoas, enquanto os Centros de Zona B, de menor porte populacional que os Centros de Zona A, têm uma média inferior a 25 mil habitantes, conforme o IBGE (2020).

No que se refere aos Centros locais, segundo o IBGE (2020), o estado da Paraíba concentra 198 centros nessa hierarquia, atestando que a maioria das cidades paraibanas, estão no último nível hierárquico e que, conseqüentemente, conforme o IBGE (2020),

O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial.



Com relação ao IBGE (2020), a rede urbana brasileira está classificada em duas dimensões: na hierarquia dos centros urbanos, que foi dividida em cinco níveis e as regiões de influência, que ocorre de maneira ascendente, ou seja, as cidades menores ligam-se às de maior hierarquia urbana. Neste aspecto, as cidades foram classificadas em detrimento de capacidade de comando em relação a outras cidades nas atividades empresariais, gestão pública e na capacidade de atrair outras pessoas em busca de satisfazer as suas necessidades, que não são atendidas nas cidades que residem.

Ao nos reportarmos a essa definição, a partir do IBGE (2020), e a condição de Santa Cruz como um centro local, atestamos o quanto ela depende, dentro do processo hierárquico urbano, dos serviços oferecidos pela cidade de Sousa, considerando, nessa hierarquia, o movimento que se processa do centro local para algu(ns)m dos centros sub-regionais, que são Sousa e Cajazeiras, não dialogando com centro de zona, pois pela proximidade geográfica, Sousa está localizado mais próximo que um centro de zona e, quando da necessidade de especialidades mais complexas, os habitantes já buscam as capitais regionais, que são Campina Grande e João Pessoa.

Poderia trazer para esta discussão a proximidade de Alexandria, que apesar de ser um centro local no Rio Grande do Norte, oferece serviços de média complexidades, tais como na área de comércio, saúde, educação e serviços financeiros, entretanto Santa Cruz, tem relações diretas com a cidade de Sousa, com a qual se complementa, considerando a burocracia de estarem localizadas em um mesmo estado da federação brasileira.



CAPÍTULO 4

Santa Cruz como município

Santa Cruz possui uma área territorial de 217.677 Km², concentrando 5.947 habitantes, conforme o Censo Demográfico do IBGE (2022), e com uma densidade demográfica de 27,32 habitantes por quilômetro quadrado. Conforme o Censo Demográfico do IBGE (2022), o município concentra 5.947 habitantes, estabelecendo que ocorreu um decréscimo da população municipal de -8,1% em relação ao levantamento anterior (IBGE, 2010), quando o município concentrava 6.471 habitantes.

Averiguamos que o município vem passando por uma dinâmica demográfica, conforme os censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022, oscilante e com alterações significativas, que podemos atestar no Quadro 02.

Quadro 2 - Dinâmica Demográfica do Município de Santa Cruz

| Ano | Total | Urbana | Rural |
|------|-------|---------------|---------------|
| 1970 | 7.613 | 1.157 | 6.456 |
| 1980 | 7.992 | 1.954 | 6.038 |
| 1991 | 7.414 | 2.389 | 5.025 |
| 2000 | 6.463 | 3.723 | 2.740 |
| 2010 | 6.471 | 3.483 | 2.988 |
| 2022 | 5.947 | Não divulgado | Não divulgado |

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022).



Notabilizamos que está ocorrendo um decréscimo da população total do município de Santa Cruz, conforme atestado no Quadro 02, segundo os censos demográficos analisados. No decorrer dos três censos demográficos desenvolvidos no século XX, a população total variou entre 7.000 e quase 8.000 habitantes, tendo obtido o maior número no censo demográfico de 1980, quando alcançou 7.992 habitantes.

A partir do censo demográfico de 2000, averiguamos que a população total oscila entre 6.000 e 7.000 habitantes, tendo havido uma diminuição de 951 habitantes entre os censos demográficos de 1991 e 2000; porém, tendo aumentado 08 habitantes entre os censos demográficos de 2000 e 2010 e; em seguida, diminuído 524 habitantes entre os censos demográficos de 2010 e 2022, motivando análises sobre as causas desse decréscimo demográfico, apesar de que a estimativa do IBGE para 2024 é de que a população do município seja composta por 6.041 pessoas.

No que se refere à variação na população urbana e rural do município, atestamos que no censo demográfico de 1970, do total de 7.613 habitantes, 6.456 habitantes residiam na zona rural, equivalendo a cerca de 90% da população residindo nessa zona. No que se refere ao censo demográfico de 1980, essa concentração na zona rural continua, tal como no censo demográfico de 1991, havendo um pequeno aumento da população urbana, apesar da continuidade da concentração demográfica na zona rural. Na virada do século, essa realidade se altera e a população urbana, conforme censo demográfico de 2000, ultrapassa a população rural, mantendo-se nesse patamar também no censo demográfico de 2010.

Ressalto que a partir do censo demográfico do IBGE (2000), a população urbana passa a ser superior à rural, apesar de ainda se atestar uma grande parte da população vivendo na zona rural. Pondero que os censos demográficos do IBGE consideram a população rural a que reside nos distritos de Casinha do Homem e de São Pedro, assim como nos sítios e fazendas, e a população urbana, a que reside na sede do município.



A cidade, sediando um município onde predominam atividades ligadas ao setor primário, concentra algumas atividades dos setores secundário e terciário, porém, em 1970, concentrava uma pequena parcela da população, pois apenas 1.157 pessoas residem nesse burgo, conforme censo demográfico de 1970, mas observa-se que essa realidade se altera, alcançando no censo demográfico de 2010, 3.483 habitantes na zona urbana e 2.988 na zona rural, um equilíbrio demográfico quando apenas 495 pessoas a mais residem na cidade em relação à zona rural.

Conforme demonstrado, somente ocorreu alteração nessas médias a partir do censo demográfico de 2000, quando a população urbana ultrapassou em termos quantitativos a população rural, porém, conforme aponta também o censo demográfico de 2010, existe um percentual de cerca de 50% em cada zona do município, destoando do Brasil, pois de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2015²⁴, a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas, e 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. A Região Nordeste é a que conta com o maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais, 26,88%, porém, 73,12% residem em áreas urbanas. Com relação ao estado da Paraíba, os dados apresentados demonstram que aproximadamente 75,37% dos paraibanos residem em áreas urbanas e 24,63%, em zonas rurais, conforme dados de Carvalho e Silva (2014).

Por que Santa Cruz apresenta essa realidade? Fica a questão para ser estudada. São Pedro e Casinha do Homem poderiam ter suas populações contabilizadas como urbanas? A categoria de vilas as define como urbanas, porém o IBGE em seus levantamentos não as considera nessa condição?

24 Ver <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>



Procurando estabelecer um diálogo dessa realidade de Santa Cruz e a sua distribuição populacional, estamos correlacionando com o IBGE²⁵, buscando entender a questão referente à situação do domicílio,

Segundo a sua área de localização, o domicílio foi classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por lei municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados oficialmente pela Prefeitura Municipal. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Esse critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural.

Quando dialogamos com a citação anterior, fica estabelecido que, com relação ao município de Santa Cruz, podemos atestar que a área urbana no município abrange apenas a cidade de Santa Cruz. Quanto a São Pedro e Casinha do Homem, são considerados como concentradores de população rural, não tendo a categoria de vilas?

Segundo o IBGE (2017B),

Conceitos centrais da Geografia, os espaços urbanos e rurais se apresentam na atualidade com características diversas e são marcados por relações e funções cada vez mais interligadas, o que evidencia a complexidade na definição de uma abordagem única para sua delimitação. Mesmo reconhecendo a dificuldade em estabelecer distinções entre o meio urbano e o meio rural, não se pode ignorar sua importância para fins da ação pública e privada tendo em vista o planejamento territorial do Brasil. A grande demanda de classificações por parte da

25 Ver https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html



academia, da administração pública e da sociedade em torno desse tema não deixa dúvidas quanto à pertinência dessa discussão de forma contínua, considerando diversas abordagens e escalas.

No caso do Brasil, os critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas consideram a divisão administrativa, diferentemente da Argentina, onde se considera o tamanho da população, da Austrália, que considera a densidade demográfica, oferta de serviços e aglomerações de populações, os Estados Unidos, o tamanho da população.

Considerando que no Brasil o critério predominante utilizados na definição de áreas rurais e urbanas é a divisão administrativa, de acordo com a localização da prefeitura municipal e do poder legislativo, o urbano é a cidade de Santa Cruz e o rural é o remanescente da população que reside em outras áreas não pertencentes à cidade.

Buscando ponderar, com a realidade territorial em foco, conforme o IBGE²⁶,

Os municípios constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento dependem de leis estaduais, que devem observar o período determinado por lei complementar federal e a necessidade de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Os municípios são regidos por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na constituição do estado onde se situam, e podem criar, organizar e suprimir distritos. A localidade onde está sediada a prefeitura municipal tem a categoria de cidade.

26 Ver https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html



Os distritos são unidades administrativas dos municípios. Sua criação, desmembramento ou fusão dependem de leis municipais, que devem observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica. A localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, tem a categoria de vila. Observa-se que nem todas as vilas criadas pelas legislações municipais possuem ocupação urbana. Na ocorrência desses casos, tais vilas não foram isoladas em setores urbanos no Censo Demográfico 2010. Os Subdistritos são unidades administrativas municipais, normalmente estabelecidas nas grandes cidades, criadas por meio de leis ordinárias das câmaras municipais e sancionadas pelo prefeito. Os Bairros, são subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas por meio de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo prefeito.

Estas considerações nos possibilitam refletir como metodologicamente se define a distribuição da população no município de Santa Cruz, que precisa ser analisada pelo poder público municipal.

A localização do município de Santa Cruz no contexto territorial paraibano apresenta especificidades que o particulariza desde o seu princípio, quando ainda de sua gênese na divisa da Paraíba com o Rio Grande do Norte, a partir da instalação do posto fiscal, que ocorreu exatamente devido à posição na divisa entre dois estados da federação brasileira. Atualmente, o território municipal em foco limita-se com sete municípios, sendo dois potiguares, Alexandria e Tenente Ananias, e cinco paraibanos, que são: Lastro, Sousa, São Francisco, Lagoa e Bom Sucesso, conforme observado na Figura 02.

Essa posição geográfica condiciona uma rede de relações entre as sedes desses municípios, que nem sempre é facilitada por artérias pa-



vimentadas, pois apesar da adjacência, a conexão em alguns casos, é realizada precariamente.

A ligação entre Santa Cruz e São Francisco é realizada através da rodovia PB-359, perfazendo 18 quilômetros de distância, seguindo pela mesma rodovia até a cidade de Aparecida e, em seguida, pela rodovia BR-230, um percurso total de 51 quilômetros, alcançamos a cidade de Sousa.

Para Alexandria, segue-se pela rodovia PB-359 até a divisa da Paraíba com o Rio Grande do Norte e, em seguida, pela rodovia RN-117, um percurso de aproximadamente 16 quilômetros.

Para se deslocar de Santa Cruz para o Lastro, é necessário ir para a cidade de Sousa, distante 51 quilômetros, e seguir em direção à cidade do Lastro pela rodovia PB-383, percorrendo mais 34 quilômetros, o que totaliza 85 quilômetros. Do Lastro pode-se seguir para a cidade de Tenente Ananias através da rodovia PB-383, percorrendo sete quilômetros. Da mesma forma, pode-se realizar esse percurso de Santa Cruz para Tenente Ananias e Lastro, através da cidade de Alexandria, percorrendo 47 quilômetros e 54, respectivamente.

Da cidade de Santa Cruz para a cidade de Bom Sucesso, o percurso é realizado através da cidade de Alexandria, o que provoca uma saída da Paraíba, entrada no Rio Grande do Norte e retorno à Paraíba, totalizando 26 quilômetros, trajetos realizados através da rodovia PB-369, RN-117, RN-079 e PB-323.

Para a cidade de Lagoa, percorrem-se 23 quilômetros inicialmente por estrada carroçável, alcançando a rodovia PB-337, que interliga Bom Sucesso a Lagoa.

Nessa perspectiva, observa-se que apesar da proximidade dos territórios municipais às sedes dos municípios, nem sempre são fáceis de se conectarem e promoverem uma maior dinâmica da relação entre eles, no que se refere a trocas de equipamentos e serviços.

A pergunta que surge é: quais são as relações que se processam entre esses municípios limítrofes, se mantêm algum tipo de importação e exportação de mercadorias e de serviços e equipamentos?



Sousa é uma cidade polo e um importante nó de entroncamento da rede urbana ao qual Santa Cruz está inserida e com quem mantém fortes laços, pois compõe a Região Geográfica Imediata de Sousa. Conforme o IBGE (2017b), “As regiões geográficas imediatas são agrupamentos de municípios que têm como principal referência a rede urbana e possuem um centro urbano local como base, mediante a análise do IBGE.” E “As pessoas que vivem nessas regiões buscam centros urbanos próximos para atender necessidades como educação, emprego, saúde, compras e serviços públicos”.

E com os demais municípios vizinhos, quais são as relações que se processam?

CAPÍTULO 5

Santa Cruz como cidade

De início, buscando entender Santa Cruz como cidade, nos amparamos em Corrêa (2011, p. 06), quando o autor define cidade pequena:

A pequena cidade é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa. Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. Associada a essa função político-administrativa, seja de forma causal ou em consequência, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços.

A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico. Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias. Em muitos casos vilas e povoados estão em sua hinterlândia: constituem eles núcleos de povoamento dedicados essencialmente às atividades agrárias.



Mas muitas pequenas cidades têm em suas hinterlândias algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas.

Partindo dessas considerações iniciais, apontamos que a cidade de Santa Cruz, em sua condição de sede municipal, concentra as funções administrativas e burocráticas presentes nesse tipo de lugar, dialogando com instituições bancárias, com o comércio, que serve a população com bens de primeira necessidade, com as atividades ligadas à saúde, como hospital, posto médico, assim como na educação, com escolas de nível fundamental e médio, porém com uma relação direta com o polo regional mais próximo, que é a cidade de Sousa, importante centro sub-regional do estado da Paraíba, dialogando quando da necessidade de especializações mais complexas nas diversas áreas citadas.

Dessa forma, concluímos que Santa Cruz, conforme o IBGE (2020), é um centro local, pois,

O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial.

Santa Cruz está no último nível hierárquico que é apresentado pelo IBGE (2020), exercendo influência restrita aos seus próprios limites territoriais, apresentando fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública. Esta constatação nos leva a entender que o



quadro de desigualdade socioespacial permanece na Paraíba, onde a urbanização do presente tem essa marca histórica da pobreza e onde as dinâmicas econômicas do presente determinam novas desigualdades, gerando um debate necessário.

Santa Cruz está diretamente localizada na região de influência de Sousa, que é um centro sub-regional B, que possui atividades de gestão menos complexas que as capitais regionais, como João Pessoa e Campina Grande, porém, que se caracteriza, conforme o IBGE (2020), “hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades”.

Sendo assim, a cidade de Santa Cruz se conecta diretamente com Sousa na complementação de bens e serviços para a sua população.

5.1 Cidade/município/cidade: questões gerais

No que se refere às “vilas” de São Pedro e Casinha do Homem, quais são as trocas que são estabelecidas entre elas, além da condição de localizarem-se em um mesmo território municipal? Como elas estabelecem permutas com a cidade de Santa Cruz e com outras cidades?

Qual o potencial de Santa Cruz? Como desenvolver essa potencialidade? Santa Cruz depende do repasse do Fundo de Participação Municipal (FPM)?

Atestamos, conforme o IBGE (2022), que no que se refere a trabalho e rendimento, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,7 salário mínimo, com apenas 542 pessoas ocupadas formalmente, o que equivale a apenas 9,11% da população total municipal.

O que significam estes dados para o município?

Um dado animador é de que 96,5% da população entre 6 e 14 anos de idade tem escolarização, conforme o IBGE (2010). Além disso, o



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal tem crescido, alcançando 0,618, o que lhe posiciona numa condição média.

O Produto Interno Bruto PIB, que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, é um termômetro da economia como um todo. Isso significa que, quanto maior for o índice de um país, maior é a sua atividade econômica. Em Santa Cruz, em 2021 o PIB per capita, ou seja, a divisão do PIB por toda a população local, foi de R\$ 9.441,21, enquanto o de Sousa foi de R\$ 18.836,93 e o de João Pessoa R\$ 26.936,78. Considerando os dados do IBGE de 2021, o de Santa Cruz está crescendo, pois em 2010 era de R\$ 5.203,84, em 2015 era R\$ 6.948,74, e em 2020 era R\$ 8.877,93.²⁷

Esse crescimento é um dado positivo e esperançoso?

27 Ver <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/santa-cruz.html>



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever este texto sobre Santa Cruz, a partir do núcleo embrionário pré-existente, se formalizando como município e como cidade, me trouxe muitos contentamentos, pois possibilitou que eu realizasse uma imersão em meu passado e de minha cidade, permitindo conhecer novos fatos e novos elementos presentes na história e na geografia desse lugar.

Partir de sua complexidade genética, quando aflorou espontaneamente, a partir de um posto fiscal, de uma feira, de um cruzeiro, de uma capela, esse pequeno burgo, a partir de um processo caro para a humanidade, que é a sedentarização e a organização espacial, demonstra o quanto a dinâmica de um lugar tem suas especificidades. Nesse contexto, discorreremos sobre um lugar que foi acometido de modernidade que se processou por uma dinâmica que injetou ânimo e coragem para os desbravadores. Dinâmica que se processou em aversão a uma letargia, o que comprova a força, coragem e determinação, quando se acendeu brilhante luz, conforme citado no hino de Santa Cruz.

Dessa dinâmica, o favorecimento de variáveis diversas promove a concentração demográfica, as relações humanas, as trocas, as afinidades, que se traduzem num processo que leva esse pequeno burgo à condição de cidade, sede de município quando da emancipação política local.

Estudos diversos dialogam com o acometimento de modernidade e de letargia de um lugar ao longo de seu processo, o que acometeu de início a formação do núcleo embrionário pré-existente e sua condição



de cidade, precisa, em alguns casos, ser revisto para serem encontrados novos modelos de desenvolvimento, novas políticas que possam alterar a realidade em movimento.

O que se pretende promover com esta pequena contribuição é que haja uma continuidade de dissertações de vários temas, que possam ser definidos como uma coleção de tópicos que tratem e demonstrem o que é Santa Cruz, mas que também demonstrem o potencial do município.

Sendo assim, desafio o próximo ou a próxima que irá escrever e dar continuidade a esse enredo que constrói e define Santa Cruz, como a terra adorada.



REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, São Paulo, maio-agosto, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Joana Darc Ferreira de. **Tributo à Santa Cruz**. Homenagem aos 100 anos de fundação 1921-2021. 60 anos de Emancipação Política 1961- 2021. Santa Cruz, 2021.

AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de Cidades Brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 25, março de 1957.

BEAUJEU-GARNIER. Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2.^a Edição Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Fundação Calouste GulbenKian, Lisboa: 1997.

CARVALHO E SILVA, Rodrigo Freire de (Org.). **Paraíba 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 85 p.: il.; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

CASTRO, Iná Elias de. O Problema da escala. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.



CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetoórias geográficas**. 2^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodiza o da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**. Funda o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1987.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora Hucitec e Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

Esta es Ferroviárias do Brasil. E. F. Mossoró-Souza (1915-1950). Rede Ferroviária do Nordeste (1950-1975). RFFSA (1975-1997). Documento elaborado por: Ralph Mennucci Giesbrecht. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rgn/mossoro.htm>.

GOMES, Paulo César da Costa. **Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar**. 1^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências Coordena o de Geografia. **REGIC - Regiões de Influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordena o de Geografia**. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classifica o e caracteriza o dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproxima o / IBGE, Coordena o de Geografia**. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1991.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 1970.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para construção de um debate sobre a criação de municípios. **Cidades. Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos**, v. 7, n. 12, 2010.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia**: introdução à ciência geográfica. São Paulo: Avercamp, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Território. *In*: **Brasil em Números**. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e Município: observações sobre o poder local. *In*: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Deli-mitação do Semiárido – 2021**. Relatório Final. Recife, 2021.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Editora SENAC, 2001.



ANEXO

Termo de Compromisso.
 Aos onze dias do mês de novembro, do ano de mil novecentos e sessenta e seis, nesta cidade de Santa Cruz, Estado de Paraíba, às 17 horas e quarenta minutos, horário brasileiro de verão, na sede provisória de Prefeitura Municipal onde se encontra o prefeito Adauto Pereira, demais funcionários municipais, ai compareceu o Sr. José Gomes de Oliveira, agricultor residente neste município, o qual foi nomeado pelo Excmo. Sr. Manoel Chaves Subbert de Alencar, então Governador para o cargo de Intendente Federal do Município de Santa Cruz, em virtude de ter se extinguido o mandato do prefeito Adauto Pereira, de Andrade pelo prefeito Adauto Pereira que teve seu mandato extinto, foi passado o exercício do cargo ao Intendente deficiente nomeado, em presença de autoridades do município de Santa Cruz, funcionários da Prefeitura e outras pessoas que assinaram este termo.
 Santa Cruz em 11 de Novembro



pro de 1966.

X Adauto Ferreira de Azevedo
 X José Gomes de Oliveira
 Antônio
 Maria Nóbil Dantas Nóbil
 Rogério Gonçalves de Azevedo
 José João de Azevedo
 Antônio de Azevedo
 José Francisco de Souza
 Manoel Pereira de Azevedo
 Luiz de Azevedo de Souza
 Antônio Alves de Azevedo

CATÓRIO DISTRITAL

Reconheço as firmas supras de
 Adauto Ferreira de Azevedo,
 José Gomes de Oliveira,
 Antônio,
 Maria Nóbil Dantas Nóbil,
 Rogério Gonçalves de Azevedo,
 José João de Azevedo,
 Antônio de Azevedo,
 José Francisco de Souza,
 Manoel Pereira de Azevedo,
 Luiz de Azevedo de Souza,
 Antônio Alves de Azevedo
 em testemunho da verdade,
 Santa Cruz, 11 de outubro de 1966
 Francisco Sobrinho de Azevedo
 CARRILHO PÚBLICO

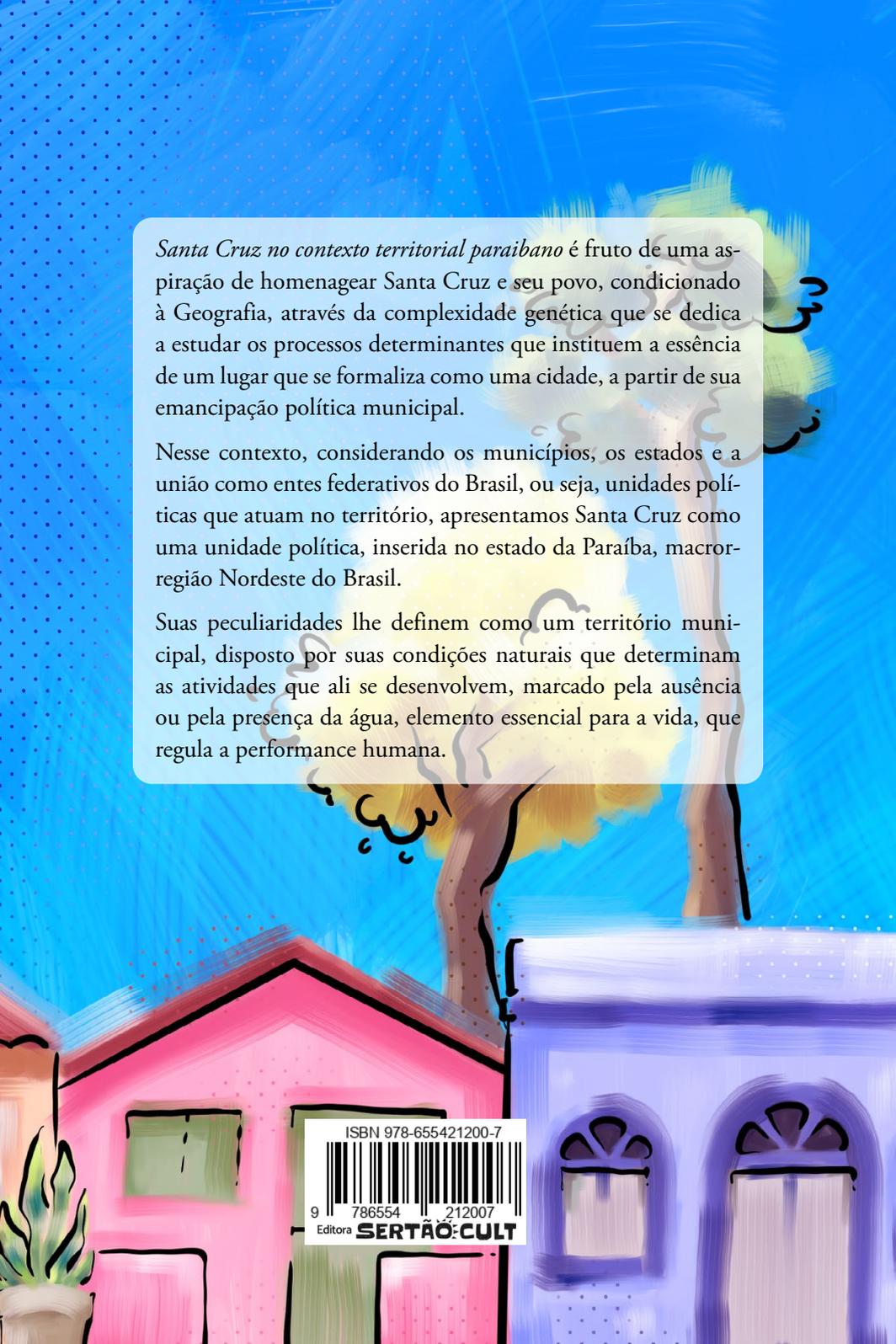
CATÓRIO DISTRITAL

Reconheço as firmas supras de
 José Baldedieu de Azevedo
 José Francisco de Souza
 Antônio de Azevedo,
 Manoel Pereira de Azevedo,
 Luiz de Azevedo de Souza,
 Antônio Alves de Azevedo.
 Em testemunho da verdade,
 Santa Cruz, 11 de outubro de 1966



Editora
**SER
TÃO
CULT**

Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Pro, no formato 14 x 21 cm,
com 78 páginas em e-book formato pdf.
Janeiro de 2025.



Santa Cruz no contexto territorial paraibano é fruto de uma aspiração de homenagear Santa Cruz e seu povo, condicionado à Geografia, através da complexidade genética que se dedica a estudar os processos determinantes que instituem a essência de um lugar que se formaliza como uma cidade, a partir de sua emancipação política municipal.

Nesse contexto, considerando os municípios, os estados e a união como entes federativos do Brasil, ou seja, unidades políticas que atuam no território, apresentamos Santa Cruz como uma unidade política, inserida no estado da Paraíba, macrorregião Nordeste do Brasil.

Suas peculiaridades lhe definem como um território municipal, disposto por suas condições naturais que determinam as atividades que ali se desenvolvem, marcado pela ausência ou pela presença da água, elemento essencial para a vida, que regula a performance humana.

ISBN 978-655421200-7



9

786554

212007

Editora

SERTÃO CULT